



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: juridico@rioparanaiba.mg.gov.br

DECRETO Nº 915, DE 15 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E SOBRE AS CONDUTAS DOS AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES MUNICIPAIS, EM DECORRÊNCIA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

O Prefeito Municipal de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 67 da Lei Orgânica Municipal e

Considerando as disposições da Lei Federal 9.504/1997 que “ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES”, especial o disposto no art. 73 e seguintes;

Considerando o disposto em atos e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral relativamente às eleições municipais de 2024, em especial a sua Resolução 23.738, de 27 de fevereiro de 2024, direcionada para as eleições municipais de 2024;

Considerando a necessidade de regulamentar o funcionamento do serviço público municipal, e mais especialmente no que se concerne às chamadas condutas vedadas constantes no art. 73 e seguintes da Lei Federal 9.504 de 1997;

Considerando também a possibilidade de servidores municipais ocupantes de cargos comissionados ou efetivos, bem como agentes públicos em contratação por tempo determinado por excepcional interesse público, poderem eventualmente vir a ser candidatos a cargos eletivos no pleito de outubro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º Os atos, vedações e condutas dos agentes públicos vinculados ao Poder Executivo do Município de Rio Paranaíba em decorrência da realização das eleições municipais em **6 de outubro de 2024**, ficam ordenados por este Decreto.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2024, até 31 de dezembro de 2024, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de

DECRETO PUBLICADO EM 15/03/2024

PAULO DE TÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Valdemir Diógenes da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: juridico@rioparanaiba.mg.gov.br

programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/1997, art. 73, § 10).

§1º Nos programas de assistência social em curso fica proibida a divulgação de informação induzindo o eleitor a crer estar recebendo benefício em face da atuação de um candidato, partido político ou coligação, e tal inclui a escolha do momento, o local e a forma de desenvolvimento da ação de caráter social.

§2º A distribuição de bens, como cestas básicas, material escolar ou unidades habitacionais, e de serviços, como os de assistência médico-odontológica, transporte de pacientes e atividades de esporte e lazer, devem ser institucionais, fazer parte integrante de programas permanentes já existentes ou emergenciais e dissociada de atos político-partidários.

Art. 3º A partir de janeiro de 2024 e até o final do primeiro semestre é vedado realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos do município, ou das respectivas entidades da administração indireta, que sejam empenhadas no primeiro semestre do ano de eleição, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/1997, art. 73, VII).

Art. 4º A partir de 9 de abril de 2024 até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração das servidoras públicas e dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei Federal nº 9.504/1997, art. 73, VIII e Res.-TSE 23.738, de 27 de fevereiro de 2024).

Art. 5º São proibidas, a partir de **6 de julho de 2024**, no serviço municipal e aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município, salvo a cessão de prédio para realização de convenção partidária:

II - usar materiais ou serviços, custeados pelo Governo Municipal, que excedam as atribuições contidas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

DECRETO PUBLICADO EM 15/03/2024.


PAULO DE FÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração


Valdemir Diógenes da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: juridico@rioparanaiba.mg.gov.br

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Executivo;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 06 de julho de 2024;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

VI - nos três meses que antecedem o pleito (6 de julho de 2024):

a) realizar transferência voluntária de recursos do Município para entidades privadas, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

DECRETO PUBLICADO EM 15 / 03 / 2024.


PAULO DE TÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração


Valdemir Diógenes da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: juridico@rioparanaiba.mg.gov.br

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

§1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis às penalidades previstas na legislação municipal, sem prejuízo de comunicação do fato ao Ministério Público Eleitoral para que avie as providências cabíveis.

§3º Até **6 de julho de 2024** deverá ser removida a publicidade dos órgãos da Administração Municipal de RIO PARANAÍBA constante de:

I – placas, out-doors, cartazes e similares;

II – sítios na rede mundial de computadores (INTERNET), incluída a página da própria Prefeitura Municipal;

III – Suspensão da utilização da logomarca e do slogan de governo se houver, da atual administração, em todos os documentos e peças de divulgação de atos do governo, emitidos a partir de 06 de julho de 2024.

§4º É vedada a veiculação de qualquer tipo de publicidade dos órgãos da Administração Municipal nos três meses que antecedem as eleições, ou seja, a partir de 6 de julho de 2024, ainda que tenham sido confeccionados antes da data.

§5º Caberá à equipe de Comunicação da Administração Municipal juntamente com os secretários municipais devem adotar as providências necessárias para que o conteúdo dos sítios, canais e outros meios de informação oficial exclua nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades, governos ou administrações, cujos cargos estejam em disputa na campanha eleitoral, ainda que a divulgação já tenha sido autorizada.

DECRETO PUBLICADO EM 15/07/2024.


PAULO DE FÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração


Valdemir Diógenes da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: juridico@rioparanaiba.mg.gov.br

Art. 6º Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.

§1º Nas árvores e jardins localizados em áreas públicas, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral, mesmo que não lhes cause dano.

§2º Tomando conhecimento de qualquer tipo de propaganda eleitoral ilegal nos bens do Poder Executivo Municipal, os servidores devem dar ciência ao superior hierárquico ou ao Gabinete do Prefeito que, imediatamente, comunicarão o fato ao Juiz Eleitoral para que determine as providências cabíveis.

§3º Fica proibida a permanência de veículos com propaganda eleitoral nas áreas internas dos imóveis onde haja em funcionamento serviço público municipal.

Art. 7º A partir de **6 de julho de 2024** até o dia das eleições, na realização de inaugurações é vedada a exibição de shows artísticos pagos com recursos públicos.

Art. 8º Deverão se desincompatibilizar dos cargos que ocupam em órgãos da Administração direta, incluídos os Conselhos Municipais:

I – Até 6 (seis) meses antes das eleições os candidatos ao cargo de vereador que:

a) sejam secretários municipais ou equiparados;

b) tenham competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

II – Até 4 (quatro) meses antes das eleições os candidatos ao cargo de prefeito que:

a) sejam secretários municipais e equiparados, candidatos ao cargo de prefeito;

DECRETO PUBLICADO EM 15/03/2024.


PAULO DE TARCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração


Valdemir Diógenes da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA/MG

Rua Capitão Franklin de Castro, nº 1.065 - Novo Rio

Caixa Postal 01 - 38.810-000

CNPJ: 18.602.045/0001-00

E-mail: juridico@rioparanaiba.mg.gov.br

b) que tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

III – Até 3 (três) meses antes das eleições, os candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador que sejam servidores públicos efetivos, dos órgãos ou entidades da Administração direta do Município, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais aos que forem efetivos.

Art. 9º O servidor ou agente político que descumprir normas estabelecidas neste decreto fica sujeito as penalidades previstas no estatuto dos servidores se efetivos, comissionados equiparando-se a servidores os contratados temporários para exercício de função pública, responsabilizando-se ainda pelos danos causados, após regular procedimento administrativo, com a ampla defesa e contraditório.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba, 15 de março 2024.


VALDEMIR DIÓGENES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO PUBLICADO EM 15/03/2024.


PAULO DE TÁRCIO SILVA

Secretário Municipal de Administração